

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1).

GALLUS (Alexander). — *Ueber die Grundlagen der urgeschichtlichen Methodik*. In "Anales de Arqueología y Etnología". Año 1947. Tomo VIII (Mendoza, 1949), pgs. 127-175.

Este trabalho é dividido em três partes, tratando respectivamente da "paisagem histórica", dos conceitos "cultura", "tipo", "povo", e "tribo" e da questão da continuidade étnica (*volkkliche Kontinuität*). Sob tais tópicos, o A. expõe o que considera de importante para uma metodologia pré-histórica.

Valendo-se do método histórico-cultural da etnologia, o A. aplica o conceito "ciclo cultural" ao estudo pré-histórico, ressaltando porém, que só pode ser compreendido e aplicado como conceito "paleo-etnológico". A "paisagem histórica" seria a ligação íntima entre paisagem e ciclo cultural, o que significaria, "que qualquer modificação (tipológica ou perceptível de forma diferente), dentro do ciclo, é sintoma e sinal de acontecimentos históricos" (pg. 131).

Ainda seguindo a escola histórico-cultural o A. classifica os "grupos de achados" (*Fundgruppen*), caracterizados por identidade de forma quase completa, como correspondentes às "regiões culturais" (*Kulturgebiete*), as quais também demonstram esta identidade e têm um certo número de elementos em comum com todas as outras regiões culturais do mesmo ciclo (critério de quantidade). Para evitar as freqüentes confusões terminológicas recomenda abolir o termo "cultura" (por exemplo *Bücker Kultur*) para "grupo de achados" ou "tipo".

Como os achados arqueológicos se caracterizam quase exclusivamente pela tipologia ("valores tipológicos da forma exterior"), o A. se encontrou em face do problema da identificação de tais achados com o respectivo elemento humano, tentando esclarecê-lo, em primeiro lugar, pela definição exata dos termos "povo" e "tribo". Uma "tribo", a unidade menor, por acontecimentos históricos, pode evoluir em "povo". Um "povo" se define por identidade das "imagens fundamentais da religião e concepção de vida, dos ideais de ética, do entrelaçamento dos costumes sociais, das instituições, das tradições" (pg. 136). Uma identificação de achados arqueológicos apenas seria possível, "quando o material é examinado e determinado como *estático* num *corte momentâneo* dos acontecimentos históricos" (pgs. 139-140).

A continuidade étnica, por outro lado, não deve ser posta em dúvida por causa de modificações nos achados, pois estas não dependem de outros aspectos culturais, por exemplo do psíquico e do econômico.

Traçando em poucas linhas a base teórica do trabalho de Alexander Gallus, atualmente professor da Universidade de Graz (Áustria), não foi possível evitar uma fragmentação possivelmente perigosa do seu pensamento, pe-

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

rigo êste que se acentua, querendo submeter à consideração crítica alguns de seus pontos de vista, tirando-os do conjunto. Não podemos porém deixar de perguntar, qual teria sido o intuito do A., escrevendo frases como as seguintes: "Um ciclo cultural não deve também incondicionalmente ser confundido com um organismo político de forma qualquer, sem negar que a possibilidade de tal interpretação deve ser estudada em certos casos. Nem se pode tomar como certo que todos os povos e tribos mantivessem seu intercâmbio incondicionalmente e em qualquer época de forma pacífica" (pg. 129). O que se diz aqui com hesitação, ao nosso ver, melhor se diz de forma definitiva, pois não há nenhum motivo de confundir ciclo cultural e organismo político. E pensar em intercâmbio "em qualquer época" pacífico, onde há organismos políticos, povos e tribos diferentes, seria quase um absurdo.

Não nos compete aqui uma crítica geral do método ao qual o A. se filia, e pelo qual, aliás, conseguiu levantar problemas interessantes, como o da importância de ter uma vista em conjunto e não só de "publicar material". Outros conselhos do Prof. Gallus, mais baseados na sua experiência de "homem de museu" do que nas teorias expostas não constituem a parte menos atraente do trabalho.

Uma palavra ainda sobre a publicação em que apareceu o artigo resenhado. Trata-se da continuação, sob outro título, dos "Anales del Instituto de Etnologia Americana", reunindo neste número, sob a orientação do Prof. Miguel de Ferdinandy, diversas outras colaborações de alto nível científico.

J. PHILIPSON

FERNANDES (Florestan). — *A Organização Social dos Tupinambá*.
Pref. do Prof. Herbert Baldus. Instituto Progresso
Editorial (Coleção Trópico I). São Paulo [1949].
In 8.º (0,16 x 0,22), 325 pp., 20 gráficos e estampas
e 1 Tabela fora do texto.

São tão raros entre nós os trabalhos de pesquisa pura e exaustiva, e tão compreensível o nosso interesse por êles, que só a publicação desta obra, à margem de qualquer possível observação crítica, deve ser recebida com os mais entusiásticos aplausos. De fato, com exceção de umas poucas monografias sobre a etnologia brasileira, realmente de valor, tudo o mais de que dispomos, em português, provém de fontes estrangeiras ou não vai além dos estreitos limites de trabalhos de divulgação fragmentária, em geral de má qualidade.

O A., no estudo da organização social dos tupinambás, segue a mesma linha de orientação científica que levou Métraux às excelentes monografias sobre a vida material e religiosa desses mesmos ameríndios. Ambos evidenciam a mesma preocupação de delimitar com todo o rigor o assunto, no tempo e no espaço; de lançar mão de todos os recursos da pesquisa e da crítica por mais insignificante que possa parecer. Claro está que empreendimentos dessa natureza exigem de quem a êles se dedique: cultura geral ampla como base de especialização restritiva; acuidade mental extraordinariamente apurada; senso crítico, que decorra do perfeito conhecimento desapassionado dos componentes temporais e humanos das fontes consultadas, e determinação inabalável de ser apenas juiz na causa que deve julgar, sem idéias preconcebidas e sem simpatias pessoais.